



Ata Número Noventa e Cinco

Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, em Lisboa, deu-se início nos termos dos artigos 17º e 19º dos Estatutos, à Assembleia Geral Ordinária da Federação de Triatlo de Portugal (doravante FTP), dirigida pelo Presidente Hélder Nuno Bugalho Milheiras, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral de 1 de abril de 2023; -----
2. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2024; -----
3. Outros assuntos de interesse da Federação de Triatlo de Portugal. -----

Como às nove horas e trinta minutos não se encontrava presente o número necessário de Delegados à Assembleia geral, esta iniciou-se às dez horas, em segunda convocatória com a presença de 21 delegados, conforme lista de presenças, que fica anexa à presente Ata; -----

Estiveram ainda presentes pela Direção da Federação de Triatlo de Portugal, o Presidente Sérgio Manuel Faustino Dias; o Vice-Presidente João Miguel Gonçalves Curado; o Vice-Presidente Nuno Miguel da Graça Martins Rapaz e o Vice-Presidente Ricardo Jorge Ferreira do Canto. -----

A Mesa da Assembleia geral (MAG) foi composta pelo seu Presidente Hélder Nuno Bugalho Milheiras e pelo Secretário Diogo Filipe Pedroso de Almeida. -----

A MAG deu início à ordem de trabalhos com a apresentação do ponto 1, "leitura e aprovação da ata 94 da Assembleia Geral Ordinária de 1 de abril de 2023". A MAG procedeu à leitura da Ata.

O delegado Fernando Feijão chamou a atenção para alguns pontos na Ata cuja redação deveria ser revista por terem sido usadas palavras e expressões técnicas que não estavam corretas, sugerindo que a mesma fosse revista no sentido de a tornar mais precisa, sugerindo algumas alterações. O presidente da MAG afirmou que a Ata ia ser alterada em conformidade. -----

Não havendo questões, a MAG colocou à votação a aprovação da Ata 94 da Assembleia Geral Ordinária de 1 de abril de 2023, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor, 4 abstenções e 0 votos contra. ;-----

De seguida, a MAG passou ao ponto 2, "Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento de 2024" (doravante, PAO 2024), tendo passado a palavra ao Presidente da FTP, Sérgio Manuel Faustino Dias, que apresentou as linhas gerais e as principais linhas orientadoras do documento. -----

O Presidente da FTP apresentou de seguida um resumo das contas previsionais relativas ao exercício de 2023, que graças a um expectável resultado operacional positivo substancial, contribuem para um reforço da recuperação da saúde financeira da FTP; -----

O presidente da Direção da FTP reconheceu, contudo, que é um caminho está longe de terminado, e que a recuperação da FTP a rácios saudáveis de equilíbrio financeiro é dependente de uma contínua gestão focada nesse mesmo objetivo. É fundamental continuar a garantir o rigor a nível operacional, com ênfase na eficiência da utilização de recursos, e na capacidade de obter financiamento junto de entidades públicas e de privados, procurando aprofundar a relação com todos os parceiros. -----

Em termos orçamentais, existe a expectativa que no final de 2023 exista uma execução inferior ao orçamentado para o mesmo período (1.647.500€ abaixo do 1.728.908,05€ orçamentado), com uma diferença acentuada particularmente no que respeita ao financiamento do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). -----

Apesar de um aumento da atividade desportiva previsto para 2024, foi adotada uma abordagem orçamental mais conservadora por parte da Direção. Espera-se, para 2024, um aumento do financiamento público, justificado, principalmente, pelo apoio concedido à realização de eventos desportivos internacionais. Já em termos de financiamento privado, o Presidente realçou a melhoria contínua na negociação com parceiros autárquicos e a valorização das competições nacionais como um dos grandes sucessos de 2023, e que pretende estender-se como um dos focos para 2024, estando prevista a assinatura de protocolos mais vantajosos para a modalidade. Estão igualmente previstos ajustes nas quotas de associação e licenciamento da FTP. -----

Assim, prevê-se um aumento do orçamento em 2024, superior ao de 2023, de **1.955.624,22€**. O Presidente da Direção da FTP passou de seguida a apresentar as despesas, referindo ser objetivo da Direção a continuidade de uma gestão eficiente e criteriosa dos recursos da FTP. ---

Para 2024, a Direção da FTP prevê que evolução da despesa da FTP em 2024 seja principalmente influenciada pela realização de eventos internacionais. Já no que diz respeito às atividades nacionais, regista-se um aumento da despesa no Desenvolvimento da Atividade Desportiva, motivado, essencialmente, pelo aumento do número previsto de competições e pelo impacto da inflação generalizada de preços. Este aumento será acompanhado pela evolução da receita no mesmo sentido, bem como do ajuste orçamental de despesa global da FTP. -----

O Presidente da Direção chamou, contudo, a atenção para o facto de, apesar do aumento significativo da despesa, mas também da receita, da FTP, a Direção manter-se confiante na capacidade de gestão, garantindo ajustes orçamentais caso existam necessidades evidentes motivadas pela falta de financiamento. Reforçou novamente a necessidade de uma contínua procura de eficiência na utilização dos recursos da FTP e de apresentar previsões orçamentais mais enquadradas com a realidade da atividade regular da federação. -----

Sobre o Alto Rendimento e Seleções Nacionais a FTP, o Presidente defendeu a manutenção da trajetória de apoio incondicional aos seus atletas, prevendo um orçamento em linha com o previsto para 2023. -----

A Apresentação do Plano de Atividades prosseguiu com foco no desenvolvimento da atividade desportiva e o anúncio da publicação dos calendários e quadros competitivos nacionais e regionais, bem como outros tópicos relevantes como o quadro competitivo jovem e o programa de desenvolvimento feminino, terminando com uma explicação sobre a gestão de recursos humanos e materiais da FTP, a Formação de Treinadores e sobre a Arbitragem. -----

Terminada a apresentação do Presidente da FTP, o Presidente da MAG perguntou se os delegados pretendiam colocar questões. -----

Tomou a palavra o delegado **Pedro Arruda** que questionou sobre as condições do seguro desportivo para 2024 e a possibilidade de renegociação do mesmo, tendo a Direção referido que está a consultar o mercado em busca de melhores propostas com mais qualidade e coberturas sem agravamento do preço, confirmando que existe uma degradação da relação preço qualidade do seguro, mas que lhe imposta pela seguradora. -----



De seguida tomou a palavra o delegado **Hugo Ribeiro**, chamando a atenção para o quadro competitivo de triatlo longo e para o orçamento do Campeonato nacional de Clubes, que será disputado numa única prova, e que por isso, deveria ser definido um montante de prémios em linha com os restantes campeonatos. Ao que a Direção respondeu que ainda não está fechado o valor, mas que procurará garantir esse tratamento equitativo. -----

Passou a ter a palavra o delegado **Fernando Feijão**, chamando a atenção à Mesa da AG sobre a necessidade de ser rever o procedimento da convocatória aos delegados, por continuar a não receber a mesma, ao que o presidente da MAG garantiu que irá junto da FTP averiguar do sucedido e corrigir eventuais problemas de endereços de correio eletrónico. -----

De seguida o mesmo delegado chamou a atenção para o aumento do orçamento em RH da FTP, bem como para o aumento dos seguros desportivos. Abordou ainda os critérios de acesso ao e processo de candidaturas CAR, entre outros temas. A Direção justificou a necessidade de reajustar a equipa e ajustar remunerações, tendo já explicado antes a renegociação do seguro desportivo. Explicou ainda que os critérios são públicos e o processo de candidatura é transparente. -----

O delegado Fernando abordou ainda a previsão de resultados para 2023 apresentada pela Direção que previa resultados muito positivos. O Delegado afirmou que os mesmos estão ainda longe do desejado, embora positivos, e o bom caminho, mas que a FTP tem ainda um longo caminho a percorrer até estar numa situação estável e segura. E, nesse contexto afirmou que este caminho de sucesso anunciado pela Direção não era assim tão evidente, pois se os meios financeiros forem alocados como proposto pela Direção, será inevitável que os resultados venham a ser negativos, apontando ainda para os valores que relativos à constituição do fundo de estabilidade, assim como à necessidade dos montantes afetos a provisões para fazer face a verbas relativas a um atleta que, segundo o delegado, não competiu em 2023, tendo a Federação recebido esse apoio, poderia ter de o devolver. Também apontou os montantes, relativos à aquisição de viaturas e a eventuais custos com órgãos sociais. -----

Seguiu-se a intervenção do delegado **Filipe Valente**, que questionou a Direção sobre os critérios de acesso ao Campeonato da Europa de Triatlo a realizar em Coimbra. Questionou ainda sobre o orçamento de apoio de 10 mil euros, tendo a Direção explicado o sistema de quotas por grupo de idade, realçando que raramente Portugal excede as mesmas, e que o apoio será dirigido aos atletas, ainda em estudo, mas podendo envolver apoio à aquisição de equipamentos. -----

Tomou então a palavra o delegado **Pedro Rodrigues**, que abordou o triatlo jovem e questionou o calendário limitado aos meses de fevereiro a junho, com a redução do número de provas, assim como chamando a atenção para a necessidade de mais e melhor publicitação do trabalho desenvolvido pelos clubes nos escalões mais jovens. A Direção explicou que só é importante apenas contar com as provas que tem a certeza de serem executadas em detrimento de anunciar um calendário mais amplo, mas com provas que depois não se realizam. Sobre o destaque dado ao Triatlo Jovem e em particular aos resultados dos atletas, a Direção explicou que não pretende valorizar apenas publicamente os resultados desportivos, mas antes o desenvolvimento da modalidade junto dos jovens como um todo.

O mesmo delegado questionou ainda sobre a ausência do Triatlo Jovem na festa de Triatlo de fim de época, sugerindo que seria um bom momento para distribuir prémios aos jovens. O presidente da Direção explicou que atualmente são distribuídos mais de 700 prémios e que não é operacionalmente possível juntar o desporto jovem, garantindo, no entanto, aos atletas jovens o seu momento no encontro nacional jovem.



Sobre este mesmo encontro jovem, o delegado Pedro Rodrigues chamou ainda a atenção para as deficientes condições das instalações onde decorreu o encontro, nomeadamente a nível de higiene, tendo o presidente da Direção lamentado qualquer aspeto mais negativo, mas remetendo a organização do encontro para as entidades que coorganizaram o evento, deixando ainda a garantia que é objetivo da Direção melhorar a cada edição do mesmo.

Entretanto saiu da AG o delegado Alberto Casillas, permanecendo na sala 20 delegados. -----

Não havendo mais intervenções, a MAG colocou o Plano de Atividades e Orçamento de 2023 à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 17 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra. -----

De seguida, a MAG passou ao ponto 3, relativo a outros assuntos de interesse da Federação de Triatlo de Portugal, tendo sido utilizado este ponto para serem introduzidos um conjunto de tópicos e propostas, que após discussão foram votadas pela AG.-----

Voltaram a tomar a palavra os delegados, tendo-se iniciado o debate com a intervenção do delegado **Manuel Alves**, alertando para o facto do Conselho de Disciplina não dar resposta aos temas e queixas que lhe foram apresentados, designadamente sobre o tratamento dado a atletas por um juiz em particular na aplicação dos regulamentos, tendo a Direção explicado que é um órgão autónomo, mas que tem conhecimento que o CD já respondeu a outros casos. -----

O mesmo delegado sugeriu que se revisse os regulamentos pois estão desadequados face ao número de praticantes atuais, alguns dos quais a iniciar a modalidade e sem o devido conhecimento, pelo que as penalizações dadas devem ter isso em consideração. A Direção relembrou que Os Regulamentos podem sempre ser revistos, alterados e votados, inclusive por proposta externa à Direção. -----

Seguiu-se nova intervenção do delegado **Pedro Arruda**, que voltou a apelar à Direção que tome alguma medida face à falta de treinadores, para as escolas e não só, chamando ainda a atenção para a necessidade de se fazer algo quanto ao "drafting", nomeadamente quanto à atuação dos juizes em prova. Para além do debate interno, em que interveio o presidente do CAC, ficou reconhecido que não é suficiente o número de árbitros e as condições em que os mesmos exercem a atividade, mas que existem outros fatores externos que resultam num aumento do drafting, como o número de atletas e os traçados das provas. -----

Tomou então a palavra o delegado **Hugo Ribeiro**, que chamou a atenção para a importância de se defender os clubes filiados na FTP, e realçando a atividade e negócio paralelo de treinadores que vivem de grupos de treino fora do associativismo de clubes. Chamou ainda a atenção para o facto de, atualmente, as provas privadas serem "hubs" de financiamento, cujo benefício não reverte para os clubes, fomentando o crescimento do individualismo e do não licenciamento de atletas junto dos clubes. -----

Tomou ainda a palavra o delegado Pedro Rodrigues, apelando à MAG que tenha mais atenção na data e hora de agendamento das AG, pois existem vários delegados de longe de Lisboa. -----

Não havendo mais nenhum pedido de palavra, o Presidente da MAG agradeceu aos delegados a presença e a boa colaboração no decurso dos trabalhos e deu por encerrada a Assembleia Geral às treze horas e vinte minutos, tendo sido lavrada a presente ata; -----

Compuseram a mesa -----

O Presidente: Helder Nova Augusto Ribeiro

O Vice-Presidente: _____

O Secretário: _____
